



# Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 2021

---

SERVIÇO DE PROTEÇÃO CIVIL MODERNO,  
EFICIENTE, EFICAZ E PARTICIPATIVO





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DA SAUDE**  
**SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM**



**Índice**

|     |  |    |
|-----|--|----|
| 1.  | Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico .....                | 1  |
| 2.  | Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros ..... | 2  |
| 3.  | Ativos Intangíveis .....   | 3  |
| 5.  | Ativos fixos tangíveis .....   | 5  |
| 13. | Rendimento de transações com contraprestação .....   | 8  |
| 14. | Rendimento de transações sem contraprestação.....  | 9  |
| 16. | Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....  | 13 |
| 17. | Acontecimentos após a data de relato .....   | 13 |
| 18. | Instrumentos financeiros.....  | 13 |
| 19. | Benefícios dos empregados.....   | 16 |



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE**  
**SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM**



**1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico**

**1.1. Identificação da entidade, período de relato**

**Designação da entidade:** Serviço Regional de Proteção Civil IP-RAM;

**Endereço:** Caminho do Pináculo, n.º14, São Gonçalo – 9060 – 236 – Funchal

**Código da classificação orgânica:** 451

**Tutela:** Secretaria Regional da Saúde

**Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável:**

O Serviço de Regional Proteção Civil, IP-RAM, abreviadamente designado por SRPC, IP-RAM, foi criado em 2009, através do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/M, 30 de junho em sequência da extinção do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros da Madeira. É um instituto público integrado na administração indireta da Região, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. É um organismo com jurisdição sobre todo o território da Região Autónoma da Madeira e tem sede no Funchal.

O Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/M, 30 de junho e suas alterações posteriores referem que o SRPC, IP -RAM tem por missão prevenir os riscos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, bem como resolver os efeitos decorrentes de tais situações, socorrendo pessoas e protegendo bens. São ainda atribuições genéricas do SRPC, IP – RAM orientar, coordenar e fiscalizar as atividades exercidas pelos corpos de bombeiros, bem como todas as atividades de proteção civil e socorro.

O SRPC, IP-RAM tem a sua organização atual que decorre do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/M, de 30 de junho, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 8/2010/M, de 26 de maio e 12/2013/M, de 25 de março e consubstanciada através da Portaria Conjunta n.º 343/2019, de 5 de junho, que aprova os estatutos do Serviço Regional de proteção Civil, IP-RAM.



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DA SAUDE**  
**SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM**



## 1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

### a. Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelos Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa quer a imagem verdadeira e apropriada quer a comparabilidade das Demonstrações financeiras.

### Valores de Caixa e depósitos Bancários

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a desagregação dos saldos de Caixa e depósitos bancários era como se segue:

| Conta             | Natureza                           | 31.12.2021   | 31.12.2020   |
|-------------------|------------------------------------|--------------|--------------|
| caixa             |                                    | 0,00         | 0,00         |
| Depositos à Ordem |                                    | 2 592 567,22 | 2 548 168,86 |
| 1211              | IGCP - Funcionamento Normal        | 2 551 067,22 | 2 493 124,86 |
| 1218              | IGCP - CCMN                        | 0,00         | 13 544,00    |
| 1219              | IGCP - Caução Construção QuartelPS | 41 500,00    | 41 500,00    |
|                   |                                    | 2 592 567,22 | 2 548 168,86 |

## 2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

### 2.1. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 - Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros.

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE**  
**SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM**



desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

#### **2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### **3. Ativos Intangíveis**

#### **Bases de mensuração**

Os ativos fixos intangíveis adquiridos são registados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

#### **a. Vidas úteis e taxas de depreciação aplicado**

É aplicado o classificador Complementar 2 do Plano Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

#### **b. Método de amortização**

O método de amortização usado para os ativos intangíveis é o método das quotas constantes (ou da linha reta).

#### **c. Quantia escriturada no início e no final do período**

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como as respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi a seguinte:



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DA SAUDE**  
**SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM**



[euros]

| Rubricas   | Início do período |                         |                                  |                     | Final do período  |                         |                                  |                     |
|--|-------------------|-------------------------|----------------------------------|---------------------|-------------------|-------------------------|----------------------------------|---------------------|
|  | Quantia bruta     | Amortizações acumuladas | Perdas por imparidade acumuladas | Quantia escriturada | Quantia bruta     | Amortizações acumuladas | Perdas por imparidade acumuladas | Quantia escriturada |
| 1  | 2                 | 3                       | 6                                | 7 = 4-5-6           | 4                 | 5                       | 6                                | 7 = 4-5-6           |
| ATIVOS INTANGÍVEIS                               |                   |                         |                                  |                     |                   |                         |                                  |                     |
| Projetos de desenvolvimento                      |                   |                         |                                  |                     |                   |                         |                                  |                     |
| Programas de computador e sistemas de informação | 37 877,55         | 31 045,53               |                                  | 6 832,02            | 40 781,15         | 34 181,49               |                                  | 6 599,66            |
| Propriedade industrial e intelectual             |                   |                         |                                  |                     |                   |                         |                                  |                     |
| Outros   | 122 783,40        | 13 813,08               |                                  | 108 970,32          | 134 983,40        | 46 796,21               |                                  | 88 187,19           |
| Ativos intangíveis em curso                      |                   |                         |                                  | -                   | 16 141,00         | -                       |                                  | 16 141,00           |
| <b>TOTAL</b>                                     | <b>160 660,95</b> | <b>44 858,61</b>        | <b>-</b>                         | <b>115 802,34</b>   | <b>191 905,55</b> | <b>80 977,70</b>        | <b>-</b>                         | <b>110 927,85</b>   |

**d. Variação da quantia escriturada, das depreciações e perdas por imparidade acumuladas**

[euros]

| Rubricas   | Quantia escriturada inicial | Variações        |                                    |                       |                         |                     |             | Quantia escriturada final |
|--|-----------------------------|------------------|------------------------------------|-----------------------|-------------------------|---------------------|-------------|---------------------------|
|  |                             | Adições          | Reversões de perdas por imparidade | Perdas por imparidade | Amortizações do período | Diferenças cambiais | Diminuições |                           |
| 1  | 2                           | 3                | 4                                  | 5                     | 6                       | 7                   | 8           | 9                         |
| ATIVOS INTANGÍVEIS                               |                             |                  |                                    |                       |                         |                     |             |                           |
| Projetos de desenvolvimento                      |                             |                  |                                    |                       |                         |                     |             |                           |
| Programas de computador e sistemas de informação | 6 832,02                    | 2 903,60         |                                    |                       | 3 135,96                |                     |             | 6 599,66                  |
| Propriedade industrial e intelectual             |                             |                  |                                    |                       |                         |                     |             |                           |
| Outros   | 108 970,32                  | 12 200,00        |                                    |                       | 32 983,13               |                     |             | 88 187,19                 |
| Ativos intangíveis em curso                      |                             | 16 141,00        |                                    |                       |                         |                     |             | 16 141,00                 |
| <b>TOTAL</b>                                     | <b>115 802,34</b>           | <b>31 244,60</b> | <b>-</b>                           | <b>-</b>              | <b>36 119,09</b>        | <b>-</b>            | <b>-</b>    | <b>110 927,85</b>         |

**e. Ativos intangíveis – Adições**

[euros]

| Rubricas   | Adições  |                  |  |                     |                    |                              |          |                  |
|--|----------|------------------|--|---------------------|--------------------|------------------------------|----------|------------------|
|  | Internas | Compra           | Doação, herança, legado ou perdido a favor | Doação em pagamento | Locação financeira | Fusão, cisão, reestruturação | Outras   | Total            |
| 1  | 2        | 3                | 4  | 5                   | 6                  | 7                            | 8        | 9                |
| ATIVOS INTANGÍVEIS                               |          |                  |  |                     |                    |                              |          |                  |
| Projetos de desenvolvimento                      |          |                  |  |                     |                    |                              |          |                  |
| Programas de computador e sistemas de informação |          | 2 903,60         |  |                     |                    |                              |          | 2 903,60         |
| Propriedade industrial e intelectual             |          |                  |  |                     |                    |                              |          |                  |
| Outros   |          | 12 200,00        |  |                     |                    |                              |          | 12 200,00        |
| Ativos intangíveis em curso                      |          | 16 141,00        |  |                     |                    |                              |          | 16 141,00        |
| <b>TOTAL</b>                                     | <b>-</b> | <b>31 244,60</b> | <b>-</b>                                   | <b>-</b>            | <b>-</b>           | <b>-</b>                     | <b>-</b> | <b>31 244,60</b> |



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE**  
**SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM**



## **5. Ativos fixos tangíveis**

### **a. Bases de mensuração**

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2018, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data, deduzido das depreciações.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2018 são registados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis as atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a entidade espera incorrer.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do Bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparações são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

### **b. Método de depreciação**

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo constante no Classificador Complementar 2 – cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP (CC2), exceto, para os bens objeto de cedências temporárias a entidades terceiras, os quais são depreciados durante o período de cedência desde que o referido período de cedência seja superior à vida útil máxima constante do referido classificador.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis são registadas como gastos do período.





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DA SAUDE**  
**SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM**



**c. Vidas úteis ou taxas de depreciação**

As vidas úteis ou taxas de depreciação são definidas em conformidade com o período de vida útil máximo constante no "Classificador Complementar 2 - cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento", do SNC-AP (CC2), exceto, para os bens objeto de cedências temporárias a entidades terceiras, os quais são depreciados durante o período de cedência desde que o referido período de cedência seja superior à vida útil máxima constante do referido classificador.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis são registadas como gastos do período.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas a data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia

**d. Ativos Fixos Tangíveis – Variação da quantia escriturada, das depreciações e perdas por imparidade acumuladas**

| Designação   | Quantia escriturada Inicial | Adições             | Doações         | Depreciações do Período | Diminuições       | Quantia escriturada Final |
|--|-----------------------------|---------------------|-----------------|-------------------------|-------------------|---------------------------|
| <b>Bens do Domínio Público, património histórico, artístico e cultural</b> |                             |                     |                 |                         |                   | 0,00                      |
| Terrenos e recursos naturais   |                             |                     |                 |                         |                   | 0,00                      |
| Edifícios e Outras Construções   | 9 800 405,78                | 166 614,30          |                 | 137 788,61              |                   | 9 829 231,47              |
|  | <b>9 800 405,78</b>         | <b>166 614,30</b>   | <b>0,00</b>     | <b>137 788,61</b>       | <b>0,00</b>       | <b>9 829 231,47</b>       |
| <b>Ativos Fixos em Concessão</b>   |                             |                     |                 |                         |                   |                           |
|  |                             | <b>0,00</b>         |                 | <b>0,00</b>             | <b>0,00</b>       | <b>0,00</b>               |
| <b>Outros Ativos Fixos Tangíveis</b>                                       |                             |                     |                 |                         |                   |                           |
| Equipamento básico   | 539 410,01                  | 973 307,41          | 5 569,51        | 113 995,63              | 775 073,09        | 629 218,21                |
| Equipamento de transporte  | 1 987 456,55                | 39 955,45           |                 | 387 534,04              |                   | 1 639 877,96              |
| Equipamento administrativo   | 41 247,62                   | 6 876,61            |                 | 18 184,34               |                   | 29 939,89                 |
| Equipamentos Biológicos  | 0,00                        |                     |                 |                         |                   | 0,00                      |
| Outros Ativos Fixos Tangíveis  | 99 316,95                   | 20 857,70           | 268,40          | 80 520,72               |                   | 39 922,33                 |
| Ativos fixos em curso  | 35 685,00                   | 50 841,37           |                 |                         |                   | 86 526,37                 |
|  | <b>2 667 431,13</b>         | <b>1 040 997,17</b> | <b>5 837,91</b> | <b>600 234,73</b>       | <b>775 073,09</b> | <b>2 425 484,76</b>       |
|  | <b>12 467 836,91</b>        | <b>1 207 611,47</b> | <b>5 837,91</b> | <b>738 023,34</b>       | <b>775 073,09</b> | <b>12 254 716,23</b>      |



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DA SAUDE**  
**SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM**



**e. Ativos Fixos Tangíveis – Reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período**

| Designação   | Quantia Bruta<br>Início do<br>período | Amortizações<br>acumuladas<br>Início do período | Perdas<br>imperidade<br>Início do período | Quantia<br>escriturada<br>Início do período | Quantia Bruta<br>Final do<br>período | Amortizações<br>acumuladas<br>Final período | Perdas<br>imperidade<br>Final do período | Quantia escriturada<br>Final período |
|--|---------------------------------------|---|---|---|--------------------------------------|---|--|--------------------------------------|
| <b>Bens do Domínio Público, património histórico, artístico e cultural</b> |                                       |   |   |   |                                      |   |  |                                      |
| Edifícios e Outras Construções   | 10 603 106,72                         | 802 700,94                                      |   | 9 800 405,78                                | 10 769 721,02                        | 940 489,55                                  |  | 9 829 231,47                         |
|  | <b>10 603 106,72</b>                  | <b>802 700,94</b>                               | <b>0,00</b>                               | <b>9 800 405,78</b>                         | <b>10 769 721,02</b>                 | <b>940 489,55</b>                           | <b>0,00</b>                              | <b>9 829 231,47</b>                  |
| <b>Outros Ativos Fixos Tangíveis</b>                                       |                                       |   |   |   |                                      |   |  |                                      |
| Equipamento básico   | 1 022 351,48                          | 482 941,47                                      |   | 539 410,01                                  | 1 226 155,31                         | 596 937,10                                  |  | 629 218,21                           |
| Equipamento de transporte  | 3 849 801,52                          | 1 862 344,97                                    |   | 1 987 456,55                                | 3 889 756,97                         | 2 249 879,01                                |  | 1 639 877,96                         |
| Equipamento administrativo   | 346 170,94                            | 304 923,32                                      |   | 41 247,62                                   | 353 047,55                           | 323 107,66                                  |  | 29 939,89                            |
| Equipamentos Biológicos  |                                       |   |   | 0,00  |                                      |   |  | 0,00                                 |
| Outros Ativos Fixos Tangíveis  | 380 327,27                            | 281010,32                                       |   | 99 316,95                                   | 401 453,37                           | 361 531,04                                  |  | 39 922,33                            |
| Ativos Fixos tangíveis em curso  | 35 685,00                             |   |   | 35 685,00                                   | 86 526,37                            |   |  | 86 526,37                            |
|  | <b>5 634 336,21</b>                   | <b>2 931 220,08</b>                             | <b>0,00</b>                               | <b>2 703 116,13</b>                         | <b>5 956 939,57</b>                  | <b>3 531 454,81</b>                         | <b>0,00</b>                              | <b>2 425 484,76</b>                  |
|  | <b>16 237 442,93</b>                  | <b>3 733 921,02</b>                             | <b>0,00</b>                               | <b>12 503 521,91</b>                        | <b>16 726 660,59</b>                 | <b>4 471 944,36</b>                         | <b>0,00</b>                              | <b>12 254 716,23</b>                 |

**f. Ativos Fixos Tangíveis – Adições**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes adições:

| Designação   | Internas    | Compra              | Transferência<br>ou troca | Doação, herança,<br>legado ou perdido a<br>favor do Estado | Locação<br>financeira | Outras      | Total               |
|--|-------------|---------------------|---------------------------|--|-----------------------|-------------|---------------------|
| <b>Bens do Domínio Público, património histórico, artístico e cultural</b> |             |                     |                           |  |                       |             |                     |
| Terenos e recursos naturais  |             |                     |                           |  |                       |             | 0,00                |
| Edifícios e Outras Construções   |             | 166 614,30          |                           |  |                       |             | 166 614,30          |
|  | <b>0,00</b> | <b>166 614,30</b>   | <b>0,00</b>               | <b>0,00</b>  | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b> | <b>166 614,30</b>   |
| <b>Outros Ativos Fixos Tangíveis</b>                                       |             |                     |                           |  |                       |             |                     |
| Equipamento básico   |             | 978 876,92          |                           |  |                       |             | 978 876,92          |
| Equipamento de transporte  |             | 39 955,45           |                           | 0,00   |                       |             | 39 955,45           |
| Equipamento administrativo   |             | 6 876,61            |                           |  |                       |             | 6 876,61            |
| Equipamentos Biológicos  |             |                     |                           |  |                       |             | 0,00                |
| Outros Ativos Fixos Tangíveis  |             | 21 126,10           |                           |  |                       |             | 21 126,10           |
| Ativos Fixos tangíveis em curso  |             | 50 841,37           |                           |  |                       |             | 50 841,37           |
|  | <b>0,00</b> | <b>1 097 676,45</b> | <b>0,00</b>               | <b>0,00</b>  | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b> | <b>1 097 676,45</b> |
|  | <b>0,00</b> | <b>1 264 290,75</b> | <b>0,00</b>               | <b>0,00</b>  | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b> | <b>1 264 290,75</b> |



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DA SAUDE**  
**SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM**



**g. Ativos Fixos Tangíveis – Diminuições**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes diminuições:

| Designação                      | Alienação a título oneroso | Transferência ou troca | Devolução ou reversão | Fusão, Cisão . Reestruturação | Outras      | Total       |
|---------------------------------|----------------------------|------------------------|-----------------------|-------------------------------|-------------|-------------|
| Outros Ativos Fixos Tangíveis   |                            |                        |                       |                               |             |             |
| Equipamento básico              |                            |                        |                       |                               | -775 073,09 | -775 073,09 |
| Equipamento de transporte       |                            | 0,00                   |                       |                               | 0,00        | 0,00        |
| Equipamento administrativo      |                            |                        |                       |                               | 0,00        | 0,00        |
| Equipamentos Biológicos         |                            |                        |                       |                               |             |             |
| Outros Ativos Fixos Tangíveis   |                            |                        |                       |                               | 0,00        | 0,00        |
| Ativos Fixos tangíveis em curso |                            |                        |                       |                               |             |             |
|                                 | 0,00                       | 0,00                   | 0,00                  | 0,00                          | -775 073,09 | -775 073,09 |
|                                 | 0,00                       | 0,00                   | 0,00                  | 0,00                          | -775 073,09 | -775 073,09 |

Em 31 de Dezembro de 2021 ocorreu a doação de equipamentos de proteção Individual (EPI's) e equipamentos para os bombeiros municipais equipamentos a corporações de Bombeiros da Região Autónoma da Madeira, na quantia escriturada líquida de cerca de 775 mil euros.

**13. Rendimento de transações com contraprestação**

**a. Políticas e métodos usados**

**Vendas** – O rendimento é reconhecido na demonstração de Resultados:

- (i) Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- (ii) Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- (iii) Quando o montante do rédito possa ser fiavelmente quantificados;
- (iv) Quando seja provável que benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- (v) Quando custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE**  
**Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM**



**Prestação de Serviços** – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

**Juros** – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo;

**Royalties** – O rendimento é reconhecido de acordo com o regime do acréscimo.

**Dividendos** – O rendimento é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

**b. Quantia de cada Categoria de Rendimentos:**

As vendas e prestações de serviços, efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresentam o seguinte detalhe:

| (euros)                |                   |                  |
|------------------------|-------------------|------------------|
| Tipo de Rendimentos    | 2021              | 2020             |
| Prestações de serviços |                   |                  |
| Vistoria e Ensaio      | 85 753,17         | 59 779,37        |
| Outros Serviços        | 31 992,24         | 7 594,00         |
| <b>TOTAL</b>           | <b>117 745,41</b> | <b>67 373,37</b> |

**14. Rendimento de transações sem contraprestação**

**14.1. Divulgação das classes de Rendimentos sem contraprestação:**

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, têm a seguinte decomposição na demonstração de resultados e no Património Líquido:



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DA SAUDE**  
**SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM**



(EUROS)

| Tipos de rendimentos                                       | Rendimentos do período reconhecidos em |                    | Quantias por receber |                   | Adiantamentos recebidos |
|--|--|--------------------|----------------------|-------------------|-------------------------|
|  | Rendimentos                            | Património Líquido | Início do período    | Final do período  |                         |
| Impostos, Contribuições e Taxas                            |  |                    |                      |                   |                         |
| Impostos Diretos   |  |                    |                      |                   |                         |
| Impostos Indiretos   |  |                    |                      |                   |                         |
| Contribuições para Sistemas de Segurança Social            |  |                    |                      |                   |                         |
| Taxas de seguros   | 2 592 997,05                           |                    |                      |                   |                         |
| Taxas - Outras   | 3 319,90                               |                    |                      |                   |                         |
| Transferências e Subsídios Obtidos - Correntes             | 3 743 445,15                           |                    |                      |                   |                         |
| Transferências e Subsídios Obtidos - Capital               |  | 359 938,67         | 255 973,50           | 169 903,56        |                         |
| Doações  |  | 6 950,79           |                      |                   |                         |
| Outros Rendimentos e Ganhos                                |  |                    |                      |                   |                         |
| Imputação de subsídios e transferências para investimentos | 430 398,79                             |                    |                      |                   |                         |
| <b>TOTAL</b>   | <b>6 770 160,89</b>                    | <b>366 889,46</b>  | <b>255 973,50</b>    | <b>169 903,56</b> | <b>-</b>                |

Dos rendimentos de transações sem contraprestação obtidos pelo Serviço Regional de Proteção Civil, IP RAM, as transferências obtidas do Orçamento Regional e das taxas de seguro surgem como as mais significativas.

EM 2021, o instituto recebeu ainda subsídios ao investimento e transferências de capital, na quantia total de cerca de 367mil euros (544 mil euros em 2020), as quais foram classificadas no Património Líquido e transferidos para a rubrica de "outros rendimentos" da demonstração de Resultados pela quota parte das amortizações dos ativos subjacentes ou, pela totalidade, nas situações cedências definitivas de ativos fixos tangíveis (Doações) para as Corporações/ Associações de Bombeiros que tenham beneficiado da atribuição de subsídios ao Investimento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as transferências para rendimentos de subsídios ao Investimento/ transferências de capital atingiram a quantia de 430.399 euros e 424.289 euros, respetivamente.

## **15.. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

### **15.1. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- (i) Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- (ii) Seja provável que um Ex fluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DA SAUDE**  
**SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM**



(iii) Possa ser efetuada uma estimativa fiável da obrigação.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não ocorreram alterações na rubrica de provisões, mantendo-se o saldo constituído no ano de 2018.

| Provisões     | 31.12.2021        | Aumento  | Reversões | Utilização        | 31.12.2020 |
|---------------|-------------------|----------|-----------|-------------------|------------|
| Impostos      |                   |          |           |                   |            |
| Contribuições |                   |          |           |                   |            |
| Outros        | 474 681,86        | -        |           | 474 681,86        | -          |
| <b>TOTAL</b>  | <b>474 681,86</b> | <b>-</b> |           | <b>474 681,86</b> | <b>-</b>   |

No exercício de 2018, foi constituída provisão para os gastos com a disponibilização de um meio aéreo, na região autónoma da madeira, pela associação Nacional de Proteção Civil. Uma vez que não foi efetuado qualquer procedimento de contratação pelo Serviço Regional de Proteção Civil IP- RAM, encontra-se em processo de decisão qual a entidade responsável pelo respetivo pagamento. Até à data de emissão do presente Relatório e Contas ainda não tinha sido proferida qualquer decisão.

### Processos Judiciais em curso

#### **Processo n.º 275/20.0BEFUN**

Ação de contencioso pré-contratual instaurada pela HTA – Helicópteros Operações, Atividades e Serviço Aéreo, Lda. no âmbito da qual é peticionada a anulação do ato de adjudicação do concurso público n.º 1/2020 do SRPC para aquisição de Serviços de Locação de um meio aéreo (helicóptero ligeiro) para combate a incêndios florestais; Foi proferido despacho saneador/sentença que julgou procedente exceção dilatória caducidade do direito de ação e absolveu a entidade demandada Secretaria Regional da Saúde e Proteção Civil e o contrainteresado Serviço Regional de Proteção Civil IPRAM da instância. A Autora interpôs recurso de apelação para o Tribunal Central Administrativo Sul, que, por acórdão de 8 de abril de 2021, negou provimento ao recurso e confirmou a sentença de 1ª instância, o qual veio a transitar em julgado.

Consideramos improvável a inversão da decisão e não estimamos qualquer responsabilidade de natureza financeira para o SRPC, IPRAM decorrente deste litígio.



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE**  
**Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM**



**Processo n.º 298/21.0BEFUN**

Ação de contencioso pré-contratual instaurada pela Babcock Mission Critical Services Portugal, Unipessoal, Lda. e Babcock Mission Critical Services España SAU no âmbito da qual é peticionada a anulação do ato de adjudicação do concurso público internacional n.º 2/2021 do SRPC para aquisição de Serviços de Locação de um meio aéreo (helicóptero ligeiro) para combate a incêndios florestais; Foi apresentada a contestação e aguarda-se os ulteriores termos do processo.

**Processo n.º 39/21.2 BEFUN**

Trata-se de processo de contencioso pré-contratual (urgente, nos termos da lei), que surge na sequência da exclusão, em concurso público destinado à aquisição de 12 ambulâncias de tipo B, da proposta de uma das empresas concorrentes – a FUTURVIDA – Fabricação de Veículos Especiais, Lda. (“Futurvida”) –, tendo o valor da ação sido fixado em 606.000,00 € (seiscentos e seis mil Euros).

A ação foi proposta pela referida Futurvida, sendo entidades demandadas o SRPC e a Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil<sup>1</sup> e contrainteressada a empresa Emertech Project – Transformação de Viaturas, Lda. (empresa à qual foi adjudicado o contrato). A petição inicial deu entrada no TAF do Funchal em 17.02.2021.

Realizou-se a audiência prévia e a audiência de julgamento, tendo sido proferida sentença, em primeira instância (datada de 14 de dezembro de 2021), a qual julgou a “ação procedente e, consequentemente, [determinou a anulação de] todos os atos procedimentais praticados com base no artigo 6.º, n.º 3, al. h) do programa do procedimento, com todas as consequências legais.”

Não se conformando com a decisão proferida em primeira instância, as entidades demandadas (SRPC e Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil) interpuseram, em 18.01.2022, recurso da mesma para o Tribunal Central Administrativo Sul. Em 16.02.2022, a recorrida (Futurvida) apresentou as suas contra-alegações. O recurso foi admitido por despacho de 01.03.2022 do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal e remetidos os autos ao Tribunal Central Administrativo Sul. À presente data, aguarda-se decisão deste Tribunal superior.

Está em causa a discussão sobre a legalidade de o SRPC ter exigido aos concorrentes a apresentação de uma declaração do concessionário da marca de ambulâncias em que este se comprometesse com a prestação de assistência prioritária aos veículos objeto do concurso.

As eventuais responsabilidades financeiras do SRPC dependem, por isso, do estado da execução do contrato quando transitar em julgado uma eventual sentença desfavorável aos interesses do SRPC.





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DA SAUDE**  
**SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM**



Na opinião dos assessores jurídicos, estima-se que os eventuais valores de indemnização decorrentes, independentemente do respetivo método, não ultrapassarão os 100.000 €, sendo mais provável que se situem abaixo desse montante, entre os 30.000 € e os 50.000 €, de acordo com o que tem sido decidido em casos similares. No entanto, a decisão final relativamente ao montante de uma eventual indemnização caberá sempre ao Tribunal.

#### **16. Efeitos de alterações em taxas de câmbio**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existem saldos e não ocorreram transações em moeda diferente da moeda funcional (Euro).

#### **17. Acontecimentos após a data de relato**

As demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão em 26 de Abril de 2022 pelo Conselho Diretivo do Serviço Regional de Proteção Civil, IP RAM.

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstrem evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos outros eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

#### **18. Instrumentos financeiros**

##### **18.1. Políticas contabilísticas e bases de mensuração**

Os ativos e passivos Financeiros e os instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidos pelo Instituto quando este se torne uma parte das disposições contratuais dos mesmos.

Os Instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, cujos retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento, ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DA SAUDE**  
**SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM**



valor nominal e de juro acumulado (excluindo casos de risco de crédito), são mensurados ao custo ou custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas. São também mensurados ao custo ou custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultariam na entrega de tais Instrumentos.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados e os custos de transação na mensuração inicial destes ativos ou passivos financeiros.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, todos os instrumentos financeiros incluídos nas presentes demonstrações financeiras, apresentam maturidade de curto prazo e sem vencimento de juros, pelo que se encontram mensurados pelo custo menos perdas por imparidade acumuladas

## **18.2. Quantia escriturada dos ativos e passivos financeiros**

Em 31 de dezembro de 2021, as categorias de ativos e passivos financeiros, estão detalhadas conforme se segue:



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DA SAUDE**  
**SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM**



(euros)

| Ativos e Passivos Financeiros  | Quantia<br>Escriturada Bruta | Perdas por<br>Imparidade | Quantia<br>Escriturada<br>Líquida |
|--|------------------------------|--------------------------|-----------------------------------|
| <b>Ativos Financeiros</b>  |                              |                          |                                   |
| Clientes, utentes, contribuintes                                     | 235,00                       | -                        | 235,00                            |
| Devedores por transferências de subsídios reembolsáveis              | 169 903,56                   |                          | 169 903,56                        |
| Estado e Outros Entes Públicos                                       | 280 846,72                   |                          | 280 846,72                        |
| Outras contas a receber  |                              |                          |                                   |
| Acrésc. De Rendimentos - Transferências Governo RAM                  | 287 455,20                   |                          | 287 455,20                        |
| Acrésc. De Rendimentos - taxas de seguros DEZ 2021                   | 192 103,25                   |                          | 192 103,25                        |
| Outros devedores - reposição salários                                | 1 568,17                     |                          | 1 568,17                          |
| Diferimentos   | 4 861,24                     |                          |                                   |
| Depósitos bancários  | 2 592 567,22                 |                          | 2 592 567,22                      |
|  | <b>3 529 540,36</b>          | -                        | <b>3 524 679,12</b>               |
| <b>Passivos Financeiros</b>  |                              |                          |                                   |
| Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos | 336 174,01                   |                          | 336 174,01                        |
| Fornecedores   | 2 600,65                     |                          | 2 600,65                          |
| Fornecedores de Investimentos  | -                            |                          | -                                 |
| Estado e Outros Entes Públicos                                       | -                            |                          | -                                 |
| Outras Contas a Pagar  |                              |                          | -                                 |
| Acrésc. de Gastos - Remunerações a liquidar                          | 287 455,20                   |                          | 287 455,20                        |
| Outros Acrésc. De Gastos - Serviços especializados                   | 187 068,95                   |                          | 187 068,95                        |
| Outros Credores - cauções  | 41 500,00                    |                          | 41 500,00                         |
|  | <b>854 798,81</b>            | -                        | <b>854 798,81</b>                 |

O saldo da rubrica “Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos” respeita a valores a regularizar junto do Governo Regional da Madeira, IDR – Instituto de Desenvolvimento Regional e IQP – Instituto de Qualificação Profissional, nos montantes de 76.559,38€, 247.829,50€ e 11.785,13€, respetivamente. Estes montantes respeitam a valores de IVA recuperados ao abrigo do Decreto-Lei nº 84/2017, e que foram inicialmente financiados pelas Entidades atrás mencionadas.

Importa ressaltar que aquando da aprovação da candidatura Proteflor 3, o SRPC IP-RAM ainda não beneficiava da possibilidade de restituição do IVA em determinadas aquisições, possibilidade essa que só se verificou a partir de 01/07/2017 com a publicação do Decreto-Lei n.º 84/2017.

No que respeita ao Instituto de qualificação profissional já foi dado conhecimento à entidade financiadora do recebimento da restituição do IVA de bens cofinanciados, o qual será deduzido em futuros pedidos de pagamento a apresentar.



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DA SAUDE**  
**SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM**



Após reunião efetuada no ano 2021 entre os membros dos Conselhos Diretivos do SRPC e do Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR), ficou acertado que o Serviço Regional de Proteção Civil procederá à regularização dos valores de recuperação de IVA, após a receção da notificação emitida pelo IDR para devolução das referidas verbas.

No decorrer do ano 2022 serão efetuados contactos junto do Governo Regional para o mesmo efeito.

### 19. Benefícios dos empregados

Os Benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela gerência.

Todo o pessoal ao Serviço do Instituto foi remunerado de acordo com as suas funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gasto no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes estão reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os gastos reconhecidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2020, foram os que a seguir se apresentam:

| <b>Tipo de Rendimentos</b>                  | <b>2021</b>           | <b>2020</b>           |
|---|-----------------------|-----------------------|
| Gastos com o Pessoal                        |                       |                       |
| Remunerações dos órgãos sociais e de Gestão | 46 266,07 €           | 33 699,18 €           |
| Remunerações do Pessoal                     | 2 324 560,72 €        | 2 188 407,79 €        |
| Encargos sobre remunerações                 | 408 770,73 €          | 364 386,12 €          |
| Outras remunerações                         | 19 534,12 €           | 19 269,88 €           |
| <b>total</b>                                | <b>2 799 131,64 €</b> | <b>2 605 762,97 €</b> |



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DA SAUDE**  
**SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM**



O aumento nos gastos com o pessoal no exercício de 2020 face ao período homólogo deve-se despesas associadas aos profissionais que passaram a integrar o apoio à Linha SRS24, os quais desempenham um papel de aconselhamento e acompanhamento especializado aos cidadãos perante um problema de saúde não urgente relacionado com a pandemia Covid-19.

Funchal, 26 de abril de 2022

**Conselho Diretivo**

Presidente

António José Mendes Nunes

Vogal

Marco Aurélio Fernandes Lobato